



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Deputado Firmino Marques

Assunto: Requerimento para audição urgente do Ministro da Educação na 8.ª Comissão sobre a situação dos trabalhadores da Escola Pública e a preparação do próximo ano letivo

A situação epidemiológica do País aprofundou os muitos problemas que já existiam na Educação. O encerramento das escolas, a falta do ensino presencial, a diminuição da qualidade do ensino e das aprendizagens, os problemas ao nível da socialização das crianças e dos jovens, a degradação da saúde mental e física, o aumento das desigualdades económicas, sociais e culturais exigem respostas distintas daquelas que têm vindo a ser apresentadas e implementadas pelo Governo.

Se algo deve ressaltar da situação atualmente atravessada é a evidência da necessidade de valorização de todos os trabalhadores da Escola Pública e do seu reforço, enquanto resposta crucial para fazer face aos problemas imediatos e às questões de fundo.

No entanto, mantêm-se situações erradas e injustas, que não têm sido resolvidas por opção do Governo.

Em relação aos professores e educadores, mantêm-se os impedimentos à progressão, há tempo de serviço que continua por recuperar, continuam as ultrapassagens de docentes com maior antiguidade, horários que ultrapassam os limites legalmente estabelecidos, falta o rejuvenescimento da profissão docente e o acesso à aposentação em condições mais justas, mantêm-se a precariedade de milhares de docentes com muitos anos de serviço, são urgentes novas e mais justas regras de concursos. Além disso, urge a eliminação das regras injustas que, através do aviso de abertura, foram impostas já este ano nos concursos docentes, como é o caso da mobilidade interna.

Quanto aos auxiliares e administrativos, apesar de ter já saído a nova portaria de rácios, acomodando a proposta do PCP aprovada em Orçamento do Estado de reforço de mais 2 mil trabalhadores aos que estavam previstos inicialmente, importa assinalar que não está a ser



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

promovida a devida estabilização destes trabalhadores. Aliás, há o risco de muitos que foram contratados este ano em contexto Covid-19 vejam os seus contratos terminados no final do ano letivo, além existirem vários trabalhadores contratados em anos anteriores que ainda não foram integrados. Mantém-se a necessidade de valorização destes trabalhadores, garantindo a recuperação da carreira, a valorização salarial e a formação profissional.

Relativamente aos técnicos especializados, colocam-se dificuldades graves quanto aos pedidos de mobilidade geográfica que têm ocorrido por força de muitos terem efetivado longe da residência. Além disso, a integração via PREVPAP continua a gerar discrepâncias e injustiças em relação aos salários e à contabilização de todo o tempo trabalhado para efeitos de posicionamento na carreira.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição, com carácter de urgência, do senhor Ministro da Educação, em sede da 8.ª Comissão.

Palácio de S. Bento, 16 de abril de 2021

As deputadas,

Ana Mesquita

Alma Rivera